

Editorial

As atividades de avaliação apresentam com frequência um conflito de escolha entre as metodologias utilizadas no processo de avaliação. Para exemplificar, pode-se comparar a avaliação de larga escala, onde a comparabilidade é uma característica dominante, com processos avaliativos desenhados para a especificidade de amostras e de questões, cuja informação é frequentemente qualitativa. Enquanto o número anterior da revista Ensaio foi definido em torno da metodologia quantitativa, neste número a diversidade de temas dos trabalhos, de procedência da informação e de metodologias avaliativas caracterizam avaliações específicas, impossíveis de serem repetidas.

O artigo inicial, da autoria de Maria Elizete G. Carvalho e Carlos Alberto.V. Estevão, intitulado "Pedagogia crítica e direitos humanos: fundamentos para uma proposta pedagógico- crítica em direitos humanos", busca discutir um fundamento teórico-crítico para a Educação em Direitos Humanos, e novas formas de investigação e de análise para sua compreensão, apropriando-se de conceitos públicos como conscientização, autonomia e emancipação. Finalmente, considera que uma prática pedagógica crítica em Direitos Humanos contribui para a leitura do mundo excluído, para sua inclusão na sociedade e para a compreensão de que é possível desconstruir relações e práticas sociais injustas.

O autor do texto apresentado, José Carlos Morgado, realça em seu trabalho "Democratizar a escola através do currículo; em busca de uma nova utopia..." a ideia de que é difícil construir uma escola inclusiva no seio de uma sociedade de progresso e abundância, mas onde pululam desigualdades. Tal possibilidade obriga-nos a repensar a missão social da escola e a pugnar para que o currículo que aí se desenvolve se assuma como um espaço coletivo de compromisso. Os valores devem se assumir como eixos estruturantes de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais democrática.

José Augusto Pacheco, autor de artigo intitulado "Estudos curriculares: desafios teóricos e metodológicos, argumenta que a construção complexa da identidade e a análise de diversas abordagens, por vezes contraditórias, dos estudos curriculares são desafios que necessitam de ser debatidos criticamente.

Thalita F. da Silva e Evelise M.L Portilho abordam uma mudança ocorrida no Ensino Fundamental em 2010, com a introdução da 9ª série, em trabalho intitulado "Os aspectos metodológicos da prática pedagógica no 1º ano do Ensino Fundamental". Daí surge a necessidade de analisar a atuação dos professores de 1º ano em relação à ampliação do Ensino Fundamental, em duas escolas do município de Curitiba/Paraná, com ênfase nos aspectos metodológicos e relacionais da sala de

aula. Quatro professoras participaram do estudo, sendo duas da rede pública e duas da rede privada. Os dados foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas, Diários dos Professores e documentos semelhantes. Verificou-se que há muitos desafios em relação ao 1º ano do Ensino Fundamental, especialmente no tocante à prática pedagógica no processo de alfabetização/letramento.

Luciana Mourão e Vera V. Esteves apresentam em "Ensino Fundamental: das competências para ensinar às competências para aprender" um ensaio teórico, relacionando competências demandadas pelos parâmetros curriculares para as séries iniciais do Ensino Fundamental às competências exigidas aos professores para alcançar esses objetivos pelos alunos. A partir de dados dos censos escolares, de testes de desempenho escolar e de uma revisão da literatura na área, pretendem ligar duas faces de um mesmo problema: o nível de competência alcançada pelo aluno e a competência do professor no conteúdo que ensina.

O artigo a seguir, "Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?" escrito por André Pires, pode ser dividido em três momentos. Num primeiro momento, são apresentadas algumas considerações fundamentadas em trabalhos científicos, sobre a efetividade das condicionalidades em educação presentes no Programa Bolsa Família. A seguir são apresentados os resultados da pesquisa desenvolvida entre 2008 e 2010, quando foram entrevistadas vinte e duas pessoas participantes do Programa, cujo objetivo foi o de compreender a visão dos beneficiários em relação a este Programa de transferência de renda. Num terceiro momento, é proposto que essas condicionalidades devem ser pensadas numa perspectiva ampliada, considerando tanto os ganhos de escolaridade, como os efeitos simbólicos advindos dos sentimentos de pertencimento e reconhecimento sociais.

"Políticas de avaliação do ensino naval" é uma contribuição de Natália M. C. B. de Aguiar e Maria Judith S. da Costa Lins, que realizaram um estudo de caso referente à avaliação do ensino naval e que analisam contribuições de uma experiência de avaliação institucional na Marinha do Brasil. São igualmente analisadas as contribuições da Metodologia de Avaliação do Sistema de Ensino Naval, numa perspectiva comparativa. A pesquisa analisa a avaliação institucional e os conceitos de meta-avaliação e de "cultura de avaliação". Os autores concluem que a qualidade do ensino naval tem melhorado com o alcance progressivo de pontuações mais elevadas.

Antonio Flavio B. Moreira realiza uma análise crítica em "Currículo e Gestão: propondo uma parceria" chamando a atenção para alguns desafios a serem enfrentados pela escola, de forma a poder oferecer os conhecimentos, habilidades e valores indispensáveis na atualidade. Para viver no mundo de hoje, a escola deve ser repensada e renovada. A bem-sucedida experiência finlandesa pode ser útil para nos incentivar a buscar níveis de qualidade elevados. Na negociação dessa

qualidade o currículo pode ser o elemento central. É fundamental que se considere esta questão, levando em conta principalmente a cultura em que se insere e o conhecimento escolar. Neste processo, é essencial que exista uma cooperação no nível escolar, que envolva também as relações com a secretaria de educação.

O artigo de Simon Schwartzman e Claudio de Moura Castro excede o número de páginas estabelecido nas normas da revista Ensaio. Sua aprovação pelo Corpo Editorial expressa o reconhecimento da contribuição que realiza para o entendimento da questão do ensino profissionalizante em um momento em que governo e sociedade reconhecem este nível de ensino como aquele mais necessitado de definições relativas à organização institucional e a novas fontes de recursos.

Simon Schwartzman e Claudio M. Castro são os autores do artigo "Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra". Já em seu começo reconhecem a falta de mão de obra qualificada, sobretudo em atividades de qualificação técnica intermediária. O maior problema é a possibilidade de que a economia brasileira esteja se acomodando a um padrão de baixa qualificação de mão de obra, já que o sistema educacional é incapaz de dar respostas. O Brasil é, possivelmente, o único país do mundo que não permite escolhas na formação de nível médio e requer, dos que buscam uma formação profissional, um currículo escolar mais extenso do que os que seguem o curso tradicional de ensino médio. O Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), como exame único, reforça esta rigidez do Ensino Médio brasileiro. O artigo apresenta os dados principais sobre a situação educativa da juventude brasileira e uma análise do quadro sobre como reformar o ensino Médio e desenvolver um sistema adequado de formação técnico profissional.

Fátima Cunha Ferreira Pinto